

Sul América Companhia Nacional de Seguros  
CNPJ 33.041.062/0001-09



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros (“Companhia”), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015, e alterações posteriores.

**1. Conjuntura econômica:** A economia brasileira chegou ao fim de 2018 com uma melhor perspectiva para os próximos anos, mesmo não tendo apresentado sinais sólidos de retomada do crescimento ao longo do ano. O endividamento elevado, tanto do setor privado como do público, foi um dos principais direcionadores da lenta recuperação da economia, a despeito de alguns fundamentos saudáveis, como inflação e juros baixos. Ademais, a economia brasileira foi submetida a choques adversos durante o ano – greve dos caminhoneiros, piora do cenário internacional e incerteza política – que influenciaram negativamente o ciclo de recuperação iniciado ainda na segunda metade de 2017, levando a uma perda de força da atividade econômica em um ambiente de maior aversão ao risco e menor confiança. Estima-se que o produto interno bruto (PIB) em 2018 tenha crescido abaixo do estimado pelas projeções do início do ano, impactado por menores taxas de crescimento de consumo das famílias em função de um patamar de desemprego ainda elevado. Isso, somado a uma alta ociosidade do setor produtivo, não permitiu uma contribuição maior dos investimentos para a expansão do PIB. O segundo semestre do ano se mostrou mais promissor, indicando um ambiente mais favorável à retomada do crescimento. O cenário de emprego encerrou o ano com um saldo positivo de criação de vagas, após três anos consecutivos com fechamento de posições. A inflação, medida pelo IPCA/IBGE, fechou em 3,75%, o segundo ano consecutivo abaixo da meta (4,5%) estabelecida pelo Banco Central, permitindo que a autoridade monetária reduzisse a taxa básica de juros para níveis historicamente baixos. A perspectiva do avanço de

reformas econômicas após a eleição presidencial provocou uma melhora nas condições financeiras. Os indicadores de confiança, tanto dos empresários quanto dos consumidores, voltaram a refletir o otimismo dos agentes em relação à evolução da economia, atingindo patamares próximos aos de períodos anteriores à recessão. O comprometimento com as políticas de reformas econômicas e fiscais será determinante para a manutenção deste otimismo observado. Olhando adiante, as expectativas para a economia brasileira nos próximos anos apontam para um cenário de crescimento moderado, contando com um ambiente inflacionário benigno, favorecendo a manutenção da taxa de juros em patamares historicamente baixos. Os fundamentos do consumo devem ganhar força, em linha com o fortalecimento do emprego e da renda, enquanto os investimentos voltariam a se recuperar estimulados pelo aumento da confiança dos empresários em um ambiente institucional mais favorável aos negócios.

2. Principais informações financeiras: (R\$ milhões)	2018	2017	Δ
Prêmios emitidos	3.646,2	3.331,7	9,4%
Prêmios ganhos	3.547,5	3.358,8	5,6%
Sinistros ocorridos	(2.087,3)	(2.145,1)	2,7%
Custos de aquisição	(696,8)	(686,0)	–1,6%
Margem bruta	763,4	527,7	44,7%
Resultado antes dos impostos e participações	780,6	624,2	25,1%
<b>Lucro líquido</b>	<b>751,2</b>	<b>592,3</b>	<b>26,8%</b>

**3. Comentário sobre o desempenho:** Em 2018, a receita de prêmios emitidos atingiu R\$3,6 bilhões, 9,4% acima da receita obtida no mesmo período do ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R\$2,1 bilhões, 2,7% abaixo do número apresentado em 2017. Os custos de aquisição somaram R\$696,8 milhões, aumento de 1,6% frente ao ano anterior. No ano, o lucro líquido alcançou R\$751,2 milhões, com crescimento de 26,8% em relação a 2017.

**4. Reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto:** A Companhia não passou por reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto no período. **5. Investimentos:** Em 31/12/2018, a Companhia mantinha investimentos diretos na Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAÚDE) no montante de R\$3.839,6 milhões.

**6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”:** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

7. Distribuição do resultado:

Descrição (R\$ milhões)	2018	2017
<b>Lucro antes dos impostos e participações</b>	<b>780,6</b>	<b>624,2</b>
( - ) Impostos e contribuições	(3,6)	(9,4)
( - ) Participações	(25,8)	(22,5)
<b>Lucro/ prejuízo líquido do exercício</b>	<b>751,2</b>	<b>592,3</b>
Reversão de combinação de negócio de controlada indireta e outros ajustes	–	0,4
<b>Lucro líquido após compensações e outros ajustes</b>	<b>751,2</b>	<b>592,7</b>
( - ) Constituição da reserva legal (5%)	(37,6)	(29,6)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>713,6</b>	<b>563,1</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
<b>25% do lucro líquido ajustado</b>	<b>178,4</b>	<b>140,8</b>
( - ) Dividendos antecipados a serem imputados nos dividendos obrigatórios	–	19,6
( - ) Juros sobre capital próprio líquido a serem imputados nos dividendos obrigatórios	178,4	121,2
( - ) Juros sobre capital próprio a não serem imputados nos dividendos obrigatórios	51,1	57,3
<b>Bruto</b>	<b>270,0</b>	<b>210,0</b>
Imposto de renda	(40,5)	(31,5)

Destinação:

Constituição de reserva estatutária	443,6	333,5
-------------------------------------	-------	-------

**8. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte de acordos de acionistas. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019.

A ADMINISTRAÇÃO.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(em milhares de reais)

	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
<b>Disponível</b>	–	<b>3.324.166</b>	<b>3.400.135</b>	<b>Contas a pagar</b>	–	<b>3.028.493</b>	<b>2.840.110</b>
Caixa e bancos	–	25.072	21.748	Obrigações a pagar	15,1	345.698	279.077
<b>Aplicações</b>	<b>6,1</b>	<b>1.729.337</b>	<b>1.846.619</b>	Impostos e encargos sociais a recolher	–	82.725	80.297
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	–	<b>915.367</b>	<b>880.689</b>	<b>Encargos trabalhistas</b>	–	<b>17.728</b>	<b>17.932</b>
Prêmios a receber	7,1	902.966	867.462	Empréstimos e financiamentos	–	595	–
Operações com seguradoras	–	8.245	10.305	Impostos e contribuições	–	7.166	6.256
Operações com resseguradoras	8,1	4.156	2.922	Outras contas a pagar	15,2	35.755	26.173
<b>Outros créditos operacionais</b>	<b>10</b>	<b>100.758</b>	<b>179.707</b>	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>	–	<b>104.659</b>	<b>88.629</b>
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	<b>8,2</b>	<b>15.139</b>	<b>13.847</b>	Prêmios a restituir	–	3.170	2.616
<b>Títulos e créditos a receber</b>	–	<b>126.081</b>	<b>68.341</b>	Operações com seguradoras	–	11.553	9.834
Títulos e créditos a receber	–	40.812	22.601	Operações com resseguradoras	8,1	7.030	2.773
Créditos tributários e previdenciários	9,1	59.783	14.572	Corretores de seguros e resseguros	16,1	62.006	62.046
Outros créditos	20,1	25.486	31.168	Outros débitos operacionais	–	20.900	11.360
<b>Outros valores e bens</b>	<b>11</b>	<b>44.843</b>	<b>51.098</b>	<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>17</b>	<b>7.962</b>	<b>9.326</b>
Bens a venda	–	44.843	51.098	<b>Provisões técnicas - seguros</b>	–	<b>2.408.883</b>	<b>2.311.967</b>
<b>Despesas antecipadas</b>	–	<b>10.616</b>	<b>12.252</b>	Danos	18,1	2.406.950	2.309.566
<b>Custos de aquisições diferidos</b>	<b>12</b>	<b>356.953</b>	<b>325.834</b>	Pessoas	18,1	1.933	2.401
Seguros	–	356.953	325.834	<b>Outros débitos</b>	–	<b>9.850</b>	<b>12.981</b>
<b>Ativo não circulante</b>	–	<b>5.970.058</b>	<b>5.192.929</b>	Provisões judiciais	21,2	9.850	12.981
<b>Realizável a longo prazo</b>	–	<b>2.038.741</b>	<b>1.880.204</b>	<b>Débitos diversos</b>	–	<b>7.472</b>	<b>7.472</b>
<b>Aplicações</b>	<b>6,1</b>	<b>7.573</b>	<b>7.248</b>	<b>Passivo não circulante</b>	–	<b>888.504</b>	<b>914.631</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	–	<b>200</b>	<b>371</b>	<b>Contas a pagar</b>	–	<b>375.755</b>	<b>388.610</b>
Prêmios a receber	7,1	2	1	Obrigações a pagar	15,1	370.833	388.610
Operações com resseguradoras	8,1	198	370	Empréstimos e financiamentos	–	454	–
<b>Outros créditos operacionais</b>	<b>10</b>	<b>905.787</b>	<b>712.301</b>	Outras contas a pagar	15,2	4.468	–
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	<b>8,2</b>	<b>2.940</b>	<b>3.203</b>	<b>Provisões técnicas - seguros</b>	–	<b>217.796</b>	<b>186.810</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>	–	<b>1.117.014</b>	<b>1.151.833</b>	Danos	18,1	217.016	186.124
Créditos tributários e previdenciários	9,1	229.694	204.874	Pessoas	18,1	780	686
Depósitos judiciais e fiscais	21,1	887.320	942.903	<b>Outros débitos</b>	–	<b>281.878</b>	<b>318.664</b>
Outros créditos operacionais	–	–	4.056	Provisões judiciais	21,2	281.878	318.664
<b>Outros valores e bens</b>	<b>11</b>	<b>2.829</b>	<b>3.001</b>	<b>Débitos diversos</b>	–	<b>13.075</b>	<b>20.547</b>
<b>Despesas antecipadas</b>	–	<b>1.687</b>	–	<b>Patrimônio líquido</b>	–	<b>5.377.227</b>	<b>4.838.323</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>12</b>	<b>711</b>	<b>2.247</b>	Capital social	22,1	2.612.726	2.530.723
Seguros	–	711	2.247	Reservas de capital	–	(24.955)	(24.955)
<b>Investimentos</b>	–	<b>3.840.839</b>	<b>3.234.064</b>	Reservas de lucros	–	2.786.894	2.335.349
Participações societárias	13	3.839.618	3.233.741	Ajustes de avaliação patrimonial	–	2.562	(2.794)
Imóveis destinados a renda	–	860	37	<b>Total do passivo</b>		<b>9.294.224</b>	<b>8.593.064</b>
Outros investimentos	–	361	286				
<b>Imobilizado</b>	–	<b>14.115</b>	<b>20.164</b>				
Imóveis de uso próprio	–	39	1.119				
Bens móveis	–	7.962	10.300				
Outras imobilizações	–	6.114	8.745				
<b>Intangível</b>	<b>14</b>	<b>76.363</b>	<b>58.497</b>				
Outros intangíveis	–	76.363	58.497				
<b>Total do ativo</b>		<b>9.294.224</b>	<b>8.593.064</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)			
	Notas	2018	2017
<b>Prêmios emitidos</b>	–	<b>3.646.195</b>	<b>3.331.691</b>
<b>Variações das provisões técnicas de prêmios</b>	–	<b>(98.743)</b>	<b>27.061</b>
<b>Prêmios ganhos</b>	<b>23,1</b>	<b>3.547.452</b>	<b>3.358.752</b>
<b>Sinistros ocorridos</b>	<b>23,2</b>	<b>(2.087.267)</b>	<b>(2.145.060)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	<b>23,3</b>	<b>(696.773)</b>	<b>(686.018)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>23,4</b>	<b>(94.735)</b>	<b>(61.954)</b>
<b>Resultado com operações de resseguro</b>	<b>23,5</b>	<b>(5.282)</b>	<b>2.191</b>
Receita com resseguro	–	5.959	11.325
Despesa com resseguro	–	(11.111)	(9.140)
Outros resultados com resseguro	–	(130)	6
<b>Despesas administrativas</b>	<b>23,6</b>	<b>(620.366)</b>	<b>(595.211)</b>
<b>Despesas com tributos</b>	<b>23,7</b>	<b>(81.762)</b>	<b>(68.558)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>23,8</b>	<b>179.464</b>	<b>243.943</b>
<b>Resultado patrimonial</b>	<b>13</b>	<b>638.372</b>	<b>578.810</b>
<b>Resultado operacional</b>	–	<b>779.103</b>	<b>626.895</b>
<b>Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>	–	<b>1.454</b>	<b>(2.700)</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	–	<b>780.557</b>	<b>624.195</b>
Imposto de renda	23,9	(23)	(3.217)
Contribuição social	23,9	(3.597)	(6.181)
Participações sobre o resultado	–	(25.756)	(22.492)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>751.181</b>	<b>592.305</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>477</b>	<b>472</b>
<b>Lucro líquido por ação</b>		<b>1.574,80</b>	<b>1.254,88</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)			
	Notas	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>751.181</b>	<b>592.305</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>			
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	24	(2.080)	(6.411)
Efeitos fiscais	24	832	2.564
<b>Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:</b>			
Ganhos / (perdas) não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	24	1.475	15.137
Efeitos fiscais	24	(532)	(6.139)
Ganhos de variação de participação acionária	13	325	370
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	13	5.336	20.632
<b>Componentes do resultado abrangente</b>		<b>5.356</b>	<b>26.153</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>756.537</b>	<b>618.458</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)										
Descrição	Capital social	Aumento de capital em		Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		aprovação								
Saldos em 01/01/2017	2.043.811	–	(24.955)	103.288	2.268.957	2.372.245	(28.947)	–	4.362.154	
Aumento de capital com JCP conforme ata do dia 18/04/2017 no montante de R\$86.912 à razão de R\$9.656.878,89 (em reais) por ação.	–	86.912	–	–	–	–	–	–	86.912	
Aumento de capital com reservas de lucros conforme AGOE do dia 29/03/2017	–	400.000	–	(103.288)	(296.712)	(400.000)	–	–	–	
Aprovação do aumento de capital conforme Portaria Susep Nº 517 emitida em 17/08/2017	86.912	(86.912)	–	–	–	–	–	–	–	
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep N º 576 do dia 20/09/2017	400.000	(400.000)	–	–	–	–	–	–	–	
Dividendos intermediários, conforme RCA do dia 08/05/2017 no montante de R\$19.613 à razão de R\$41.553,29 (em reais) por ação.	–	–	–	–	(19.613)	(19.613)	–	–	(19.613)	
Dividendos prescritos	–	–	–	–	–	–	–	412	412	
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	–	–	26.153	–	26.153	
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	592.305	592.305	
Proposta para distribuição do resultado:										
Reserva legal	–	–	–	29.636	–	29.636	–	(29.636)	–	
Reserva estatutária	–	–	–	–	333.468	333.468	–	(333.468)	–	
Dividendos intermediários, conforme RCA do dia 08/05/2017 no montante de R\$19.613 à razão de R\$41.553,29 (em reais) por ação.	–	–	–	–	19.613	19.613	–	(19.613)	–	
Juros sobre o capital próprio, conforme RCA do dia 18/12/2017 no montante de R\$210.000 à razão de R\$444.915,25 (em reais) por ação.	–	–	–	–	–	–	–	(210.000)	(210.000)	
Saldos em 31/12/2017	2.530.723	–	(24.955)	29.636	2.305.713	2.335.349	(2.794)	–	4.838.323	
Aumento de capital com JCP, conforme AGOE do dia 29/03/2018 no montante de R\$52.367 à razão de R\$10.473.453,62 (em reais) por ação.	52.367	–	–	–	–	–	–	–	52.367	
Aumento de capital com reserva legal, conforme AGOE do dia 29/03/2018	29.636	–	–	(29.636)	–	(29.636)	–	–	–	
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	–	–	5.356	–	5.356	
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	751.181	751.181	
Proposta para distribuição do resultado:										
Reserva legal	–	–	–	37.559	–	37.559	–	(37.559)	–	
Reserva estatutária	–	–	–	–	443.622	443.622	–	(443.622)	–	
JCP deliberado, conforme ata do dia 30/04/2018 no montante de R\$70.000 à razão de R\$146.750,52 (em reais) por ação.	–	–	–	–	–	–	–	(70.000)	(70.000)	
JCP deliberado, conforme ata do dia 25/09/2018 no montante de R\$100.000 à razão de R\$209.643,61 (em reais) por ação.	–	–	–	–	–	–	–	(100.000)	(100.000)	
JCP deliberado, conforme ata do dia 18/12/2018 no montante de R\$100.000 à razão de R\$209.643,61 (em reais) por ação.	–	–	–	–	–	–	–	(100.000)	(100.000)	
Saldos em 31/12/2018	2.612.726	–	(24.955)	37.559	2.749.335	2.786.894	2.562	–	5.377.227	



continuação		
Sul América Companhia Nacional de Seguros   CNPJ 33.041.062/0001-09		
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)		
Descrição	2018	2017
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	751.181	592.305
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	19.662	26.194
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	–	(49)
Resultado de equivalência patrimonial	(630.765)	(571.613)
Outros ajustes	(9.962)	2.390
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	118.432	31.429
Créditos das operações de seguros e resseguros	(34.507)	(91.435)
Ativos de resseguro	(1.029)	1.847
Créditos fiscais e previdenciários	(33.135)	(9.560)
Depósitos judiciais e fiscais	90.491	(13.894)
Despesas antecipadas	(51)	(3.659)
Custos de aquisição diferidos	(29.583)	37.338
Outros ativos	(119.258)	47.911
Outras contas a pagar	44.942	40.407
Débitos de operações com seguros e resseguros	16.030	(20.872)
Depósitos de terceiros	(1.364)	(14.454)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	127.902	(64.948)
Provisões judiciais	(65.281)	15.808
Outros passivos	(7.473)	(7.471)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	236.232	(2.326)
Juros pagos	(143)	–
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	–	130.969
Imposto sobre o lucro pagos	(80.551)	(29.160)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	155.538	99.483
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	2.528	–
Imobilizado	145	101
Pagamento pela compra:		
Investimentos	–	(40.000)
Imobilizado	(178)	(1.875)
Intangível	(29.624)	(18.470)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(27.129)	(60.244)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio (126.133)		(37.251)
Aquisição de empréstimos	1.650	–
Pagamento e empréstimo (exceto juros)	(602)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(125.085)	(37.251)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	3.324	1.988
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.748	19.760
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	25.072	21.748
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)		
<p><b>1. Contexto operacional:</b> A <b>SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS</b> ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121 parte, Cidade Nova, na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de danos (automóveis, massificados e habitacional) e de pessoas e que tem como acionista principal a Sul América S.A. (SASA) com 49,38% de participação direta e 50,62% indireta, através da Saepar Serviços e Participações S.A. (SAEPAR). A SASA tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,87% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,66% de participação total. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou, em 27/02/2019, no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).</p> <p><b>2. Apresentação das demonstrações financeiras:</b> <b>2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015, e alterações posteriores. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/02/2019. <b>2.2. Base de mensuração:</b> As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros derivativos (nota 5); • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 6); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 6). <b>2.3. Moeda funcional e de apresentação:</b> Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.</p> <p><b>3. Principais práticas contábeis:</b> As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. <b>3.1. Resumo das práticas contábeis:</b> As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: <b>3.1.1. Apuração do resultado:</b> O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas, reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica; • As comissões e agenciamento de seguros registrados no ativo, na rubrica "Custos de aquisição diferidos". A apropriação mensal no resultado ocorre na rubrica "Custos de aquisição"; As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (majoritariamente 12 meses). As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alcováveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas mas não diretamente alcováveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). <b>3.1.2. Balanço patrimonial:</b> • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações financeiras; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. <b>3.2. Instrumentos financeiros:</b> <b>3.2.1. Mensurados a valor justo por meio do resultado:</b> <b>Títulos e valores mobiliários:</b> Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. <b>3.2.2. Disponíveis para venda:</b> Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. <b>3.2.3. Mantidos até o vencimento:</b> Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. <b>3.2.4. Empréstimos e recebíveis:</b> Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. <b>3.3. Bens à venda:</b> A Companhia possui ativos que são mantidos à venda, decorrente de um evento de sinistro, denominados de salvados. Esses ativos são transferidos para a Companhia quando os segurados são indenizados e quando ocorrem efetivamente as recuperações dos ativos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor realizável, deduzido de custos diretamente relacionados à venda e são apresentados no ativo circulante. Os bens salvados que ainda não estão disponíveis para venda são mantidos no ativo não circulante, conforme normativo da SUSEP. <b>3.4. Depósitos judiciais e fiscais:</b> Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. <b>3.5. Intangíveis:</b> <b>3.5.1. Intangíveis de vida útil definida:</b> Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para estes ativos intangíveis são revisados, no</p>		
mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. <b>3.6. Participações societárias:</b> Participações societárias são reconhecidas inicialmente em investimentos pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e as seguintes considerações: • As participações acionárias permanentes em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; e • O ágio na aquisição de ações de controlada de não controladores (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido. <b>3.7. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (Incluindo recebíveis):</b> Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. <b>Ativos não financeiros:</b> Os saldos dos ativos não financeiros são revisitos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. <b>3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:</b> As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 06 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. <b>3.9. Provisões técnicas de contratos de seguros e resseguros:</b> As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir: <b>3.9.1. Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG):</b> Para os contratos de seguros de danos e de pessoas, a PPNG é constituída pelo método pro-rata die, tendo como base os prêmios comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. <b>3.9.2. Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):</b> A PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. Para os contratos de seguro de danos, é calculada a partir de um fator esperado de atraso, determinado semestralmente, com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e a PPNG registrada. Para alguns ramos cujas vigências de riscos individuais não ultrapassam o mês seguinte, aplica-se e calcula-se o fator de atraso em função do prêmio mensal emitido e não da PPNG registrada. <b>3.9.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): Processos administrativos:</b> A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional, podendo ser negativo ou positivo, calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNP (Incurred but not paid). Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR), conforme descrito na nota 3.9.4. <b>Processos judiciais:</b> Provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores que são calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,59% ao ano (10,65% em 2017), baseado no histórico de pagamentos de juros observados. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas - seguros", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. <b>3.9.4. Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR): Processos administrativos:</b> A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e com base na estimativa de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, sobre a experiência histórica da Companhia. A IBNR é calculada a partir de métodos estatístico-atuariais, conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal e/ou trimestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade quanto por montante de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos, buscando uma metodologia melhor adaptável. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. Ao montante calculado, é registrado um valor adicional, podendo ser positivo ou negativo, referente à estimativa de desenvolvimento dos sinistros após o aviso, com base na metodologia conhecida como IBNP, que considera a estimativa total de sinistros obtida por métodos estatístico-atuariais similares ao IBNR. <b>Processos judiciais:</b> A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica dos últimos 16 semestres, geram desembolsos financeiros na esfera judicial. A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Companhia. Para os ramos de danos e pessoas a provisão de IBNR judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de run-off, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência. Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro. <b>3.9.5. Provisão para Despesas Relacionadas (PDR):</b> A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (ALAE) quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (ULAE). A ULAE refere-se a despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocadas a cada sinistro individualmente. É apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL e na quantidade estimada de sinistros IBNR. <b>3.10. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test – LAT):</b> A adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras é avaliada através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. O teste não se aplica aos contratos e certificados relativos aos ramos, DPEM e Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista foi trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros- ETTJ livre de risco prefixada. Os fluxos de caixa dos prêmios futuros foram segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios registrados, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste foi apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. Não foram evidenciadas insuficiências no teste de adequação, não sendo assim contabilizada a Provisão Complementar de Cobertura – PCC. <b>3.11. Provisões para ações judiciais:</b> A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia. <b>3.11.1. Cíveis e trabalhistas:</b> No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA, no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,59% ao ano (10,65% em 2017). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica		
própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. <b>3.11.2. Fiscais:</b> As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica de "Contas a pagar". Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. <b>3.12. Benefício pós-emprego:</b> Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), Seguro Saúde e Seguro de Vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. <b>3.13. Plano de incentivos baseado em ações:</b> A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito à bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotação da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações são contabilizados na rubrica "Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 19.2). <b>3.14. Dividendos:</b> Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. <b>3.15. Classificação dos contratos:</b> O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11. <b>3.16. Ativos e passivos sem vencimento:</b> A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica dos processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. Para saldos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) referente ao seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH), na rubrica "Outros créditos operacionais", a segregação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa de recebimento destes saldos, tomando como base para o reconhecimento no ativo circulante o montante reembolsado nos últimos doze meses. As provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Companhia determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica. No caso da conta de "Depósitos de terceiros", devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante. Já para a conta de "Salvados e ressarcimentos", alguns itens são classificados no não circulante pelo fato de ainda não estarem aptos à venda. Sendo assim, os salvados que podem ser vendidos imediatamente, são classificados no ativo circulante. <b>3.17. Estimativas:</b> A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 6); • Créditos e débitos tributários e previdenciários (nota 9); • Outros créditos operacionais (nota 10); • Custos de aquisição diferidos (nota 12); • Provisão de sinistros a liquidar e IBNR (nota 18); e • Ações judiciais e obrigações fiscais (nota 21.2). <b>3.18. Normas emitidas e revisadas:</b> <b>3.18.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras.</b> A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2018. • IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018, com isenção opcional para entidades que emitam contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11). O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela SUSEP; • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2014 – 2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28 - Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contratos de clientes - Em vigor a partir de 01/01/2018; • Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) – Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações - Em vigor a partir de 01/01/2018; • ICP 21 / IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento – Em vigor a partir de 01/01/2018; e • Transferências de propriedade de investimento (alterações ao CPC 28 / IAS 40) - Em vigor a partir de 01/01/2018. Com relação ao IFRS 15/ CPC 47 a SUSEP já aprovou tal normativo contábil – Circular SUSEP 561/17 – Sem impactos relevantes para a Companhia. <b>Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2018 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.</b> Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial. • IFRS 16 / CPC 6 (R2) – Arrendamento mercantil – Em vigor a partir de 01/01/2019; e • IFRS 17 – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2021. A SUSEP ainda não aprovou tais normativos, portanto ainda não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. • Alterações ao CPC 18 - Investimento em coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto – Em vigor a partir de 01/01/2019; • IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda – Em vigor a partir de 01/01/2019; e • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 – 2017 - Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – Em vigor a partir de 01/01/2019. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a SUSEP não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela SUSEP. <b>4. Gestão de riscos:</b> O processo de gestão de riscos ("Enterprise Risk Management – ERM") da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas, descritas da seguinte forma: • <b>Identificação dos riscos:</b> Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • <b>Quantificação dos riscos:</b> Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • <b>Resposta aos riscos:</b> De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • <b>Monitoramento e reporte:</b> As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categoria de risco, observando, desta forma,		



independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a risco da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. E papel do Comitê de Riscos e da Divisão de Riscos Corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. Em 2018, foi criada a área de controles internos sob a responsabilidade do Gestor de Riscos da SulAmérica com a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha de defesa, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos na SulAmérica. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem de riscos em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Concentração das operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra-se especificamente na região sudeste, devido à localização do polo econômico do país. Em 31/12/2018, a Companhia registrou um total de prêmios emitidos de R\$3.646.195 (R\$3.331.691 em 2017), compreendidas nas seguintes proporções:

2018												2017
Ramos	Sudeste	Norte	Centro deste	Oeste	Sul	Total	Sudeste	Norte	Centro deste	Oeste	Sul	Total
Automóvel	61,99%	2,20%	12,03%	5,36%	18,42%	100,00%	63,39%	1,91%	11,99%	5,30%	17,41%	100,00%
Condominial	57,06%	2,03%	10,44%	9,26%	21,21%	100,00%	59,86%	1,94%	9,25%	7,99%	20,96%	100,00%
Empresarial	57,11%	1,08%	9,38%	4,18%	28,25%	100,00%	55,72%	0,91%	8,69%	3,77%	30,91%	100,00%
Patrimonial												
demais	63,55%	2,15%	12,67%	5,14%	16,49%	100,00%	64,00%	2,02%	12,33%	5,36%	16,29%	100,00%
Residencial	36,11%	0,68%	8,23%	2,86%	52,12%	100,00%	37,37%	0,59%	3,98%	2,68%	55,38%	100,00%
Vida em												
grupos	56,00%	1,26%	11,91%	3,96%	26,87%	100,00%	56,83%	1,16%	10,45%	3,81%	27,75%	100,00%
Outros	57,05%	2,16%	17,05%	5,86%	17,88%	100,00%	59,58%	1,98%	14,98%	5,84%	17,62%	100,00%

**4.2. Riscos de subscrição:** Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Os seguros de danos têm seus riscos de precificação associados a desvios das premissas utilizadas no momento da subscrição das apólices, sendo estas revisadas de forma contínua no processo de renovação e subscrição de novas apólices. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituídas, oriundos da insuficiência em provisões judiciais e administrativas. A Companhia possui testes de consistência periódicos para avaliação da assertividade das provisões constituídas e das metodologias empregadas nos cálculos. **4.2.1. Risco de precificação:** Atualmente a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias com base em riscos, a Companhia possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP), também aplicado nos acompanhamentos periódicos dos produtos da Companhia. O PARP é um procedimento multidisciplinar onde áreas de suporte e negócios contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para esta análise de viabilidade, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos, novas parcerias e grandes cotações. Contribuem como pareceristas, deste processo, as áreas atuarial, de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, gestão de riscos corporativos, jurídica, operações, de planejamento estratégico, sustentabilidade, tecnologia da informação e visão do cliente. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas em cada linha de negócio para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações, pode-se destacar: programas de bônus; centros especializados de atendimento de sinistros; processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos; otimização de rede de prestadores de serviços e inspeções detalhadas na subscrição das apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição, é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. **Análise de sensibilidade em danos:** As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos de oscilações no resultado e no patrimônio líquido para os negócios de danos, antes e depois da contratação de resseguros. Foram aplicados choques de variação percentual de 5% nos sinistros, nas despesas administrativas e nos custos de comercialização.

	2018							
	Automóveis e massificados				Outros ramos elementares			
	Com efeito de resseguro		Sem efeito de resseguro		Com efeito de resseguro		Sem efeito de resseguro	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Premissas								
Aumento de 5% na sinistralidade	(103.690)	(57.030)	(103.897)	(57.143)	(213)	(117)	(193)	(106)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(23.043)	(12.674)	(23.043)	(12.674)	(3.043)	(1.674)	(3.043)	(1.674)
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(37.064)	(20.385)	(37.064)	(20.385)	(102)	(56)	(102)	(56)
Redução de 5% na sinistralidade	103.690	57.030	103.897	57.143	213	117	193	106
Redução de 5% nas despesas administrativas	23.043	12.674	23.043	12.674	3.043	1.674	3.043	1.674
Redução de 5% nos custos de comercialização	37.064	20.385	37.064	20.385	102	56	102	56

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução).

	2017							
	Automóveis e massificados				Outros ramos elementares			
	Com efeito de resseguro		Sem efeito de resseguro		Com efeito de resseguro		Sem efeito de resseguro	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Premissas								
Aumento de 5% na sinistralidade	(106.495)	(58.572)	(106.556)	(58.606)	(236)	(130)	(701)	(385)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(25.693)	(14.131)	(25.693)	(14.131)	(2.366)	(1.302)	(2.366)	(1.302)
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(37.739)	(20.756)	(37.739)	(20.756)	(117)	(64)	(117)	(64)
Redução de 5% na sinistralidade	106.495	58.572	106.556	58.606	236	130	701	385
Redução de 5% nas despesas administrativas	25.693	14.131	25.693	14.131	2.366	1.302	2.366	1.302
Redução de 5% nos custos de comercialização	37.739	20.756	37.739	20.756	117	64	117	64

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). **4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; e • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas. A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento até a data-base destas demonstrações financeiras dos sinistros ocorridos com a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

R\$ milhões											
Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Provisão de sinistros contabilizada	647,25	544,03	614,55	519,00	660,89	724,84	548,03	466,67	417,25	380,06	
Efeito do desconto financeiro	(22,41)	(16,36)	(22,60)	(15,24)	(16,75)	(18,50)	(7,72)	(6,93)	(6,28)	(4,82)	
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	669,67	560,39	637,15	534,25	677,63	743,34	555,75	473,60	423,54	384,88	
Estimativa de sinistros acumulada:											
No final do ano	669,67	560,39	637,15	534,25	677,63	743,34	555,75	473,60	423,54	384,88	
Um ano depois	687,42	616,24	576,68	537,98	637,03	669,58	574,08	457,57	377,06	—	
Dois anos depois	714,16	604,69	633,16	554,72	644,10	705,52	572,67	434,98	—	—	
Três anos depois	700,43	603,98	630,20	570,67	696,20	719,68	559,61	—	—	—	
Quatro anos depois	701,65	599,09	621,72	586,42	713,19	714,95	—	—	—	—	
Cinco anos depois	701,61	609,47	663,68	607,07	711,74	—	—	—	—	—	
Seis anos depois	710,84	656,24	686,80	608,12	—	—	—	—	—	—	
Sete anos depois	713,45	679,19	687,86	—	—	—	—	—	—	—	
Oito anos depois	736,78	680,58	—	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos depois	737,81	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2018	737,81	680,58	687,86	608,12	711,74	714,95	559,61	434,98	377,06	384,88	
Pagamentos já realizados até 31/12/2018	729,53	672,27	679,51	599,75	703,36	704,41	543,12	406,45	338,67	—	
Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2018	8,28	8,31	8,35	8,37	8,38	10,54	16,49	28,53	38,39	384,88	

**4.4.1. Alocação dos investimentos:** A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 31/12/2018 91,43% (90,44% em 2017) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas do mercado.

Descrição	2018	2017
Renda fixa pública “risco soberano”	1.525.386	1.558.099
AAA	60.257	116.292
AA+ até AA-	144.390	163.943
A+ até A-	—	10.751
B	—	661
Outros	4.291	1.707
Total	1.734.324	1.851.453

**4.4.2. Contratos de resseguro:** Para as contratações de resseguro, a Companhia possui política específica aprovada pelo Comitê de Riscos e monitorada pela área de Gestão de Riscos Corporativos, que estabelece um fluxo efetivo para a contratação, baseada em aprovações finais do CoR. Como exigências, a política engloba critérios de habilitação dos corretores, definições de limites de risco de crédito, limites de concentração e prazos mínimos a serem observados no fluxo de contratação de resseguros. Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de riscos de resseguro, com o objetivo de controlar internamente a exposição ao risco de crédito, a Companhia estabelece limites de exposição de crédito com base nas classificações de categoria de risco de cada ressegurador, gerenciando desta forma o risco de

crédito em contratos de resseguro. As tabelas a seguir apresentam a exposição com os resseguradores por categoria de risco e linha de negócio. Tendo em vista a política de colocação de resseguro acima descrita, a Companhia prioriza suas colocações em resseguradores com menor grau de risco. Eventuais colocações que não sigam estas exigências devem ser aprovadas diretamente pelo CoR.

Ramos		2018	2017
Automóvel		—	7
Massificados		11.108	6.389
Patrimonial demais ramos		11.881	13.751
Vida em grupo		133	96
Total		23.122	20.243
		2017	
Classe	Categoria de risco	Exposição	%
Local	Level 1	2.914	12,60%
Local	Level 2	11.646	50,37%
Local	Level 3	102	0,44%
Local	Level 4	—	0,00%
Admitida	Level 1	387	1,67%
Admitida	Level 2	7.638	33,03%
Eventual	Level 2	435	1,88%
Total		23.122	100,00%

A análise demonstrada acima reflete que o total da exposição ao risco de crédito com resseguro não sofreu alterações significativas em relação à

A evolução de sinistros administrativos não considera, em 31/12/2018, R\$5,3 milhões (R\$5,45 milhões em 2017) de ULAE e R\$9,3 milhões (R\$10,6 milhões em 2017) de retrocessão. Estes itens não são segregados por ocorrência e, portanto, não há como acompanhar a evolução dos sinistros. No entanto, são valores com representatividade pequena no universo total de sinistros, como pode ser visto na tabela anterior. • **Judicial:** A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento, até a data-base destas demonstrações financeiras, dos sinistros citados com a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

R\$ milhões											
Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Provisão de sinistros contabilizada	248,70	414,40	402,78	321,06	332,96	364,03	183,21	210,20	218,24	276,11	
Provisão de sinistros judiciais sem desconto financeiro	248,70	414,40	402,78	321,06	332,96	364,03	183,21	210,20	218,24	276,11	
Estimativa de sinistros acumulada:											
No final do ano	248,70	414,40	402,78	321,06	332,96	364,03	183,21	210,20	218,24	276,11	
Um ano depois	397,48	430,16	367,97	345,15	378,40	408,79	254,30	245,15	292,70	—	
Dois anos depois	440,10	401,05	395,53	381,26	419,59	480,59	285,93	310,11	—	—	
Três anos depois	408,34	425,48	435,24	406,90	450,54	507,43	336,36	—	—	—	
Quatro anos depois	438,16	458,70	455,48	446,05	477,69	559,39	—	—	—	—	
Cinco anos depois	472,23	472,09	510,36	468,12	517,37	—	—	—	—	—	
Seis anos depois	480,04	521,87	533,15	503,31	—	—	—	—	—	—	
Sete anos depois	493,69	541,73	561,38	—	—	—	—	—	—	—	
Oito anos depois	512,27	568,70	—	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos depois	532,01	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Estimativa de sinistros judiciais acumulada até 31/12/2018	532,01	568,70	561,38	503,31	517,37	559,39	336,36	310,11	292,70	276,11	
Pagamentos já realizados até 31/12/2018	322,98	347,73	325,43	259,97	238,71	259,15	178,24	119,69	63,67	—	
Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2018	209,03	220,97	235,95	243,34	278,66	300,24	158,12	190,42	229,03	276,11	

A evolução de sinistros judiciais representam os sinistros já conhecidos e pendentes de pagamento, por essa razão não considera, em 31/12/2018, R\$78,4 milhões (R\$68,4 milhões em 2017) de IBNR Judicial. Vale ressaltar que parte da evolução observada contempla correção monetária e juros da data de registro da provisão até a data-base dessas demonstrações financeiras. **4.3. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, sendo monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. Os resultados obtidos para o período de VaR e stress test podem ser observados na nota 6.3. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2018 e 2017: **Alocação dos investimentos por indexador:**

Indexador	2018	2017
SELIC/CDI	1.495.724	1.553.393
IPCA	228.695	288.025
Pré-fixado	5.479	8.259
Ações	—	133
Outros	4.426	1.643
Total	1.734.324	1.851.453

**4.3.1. Exposição residual:** A exposição residual reflete o descasamento entre os ativos e passivos após estudos de ALM, que têm como objetivo otimizar a alocação de ativos financeiros levando em consideração as características do passivo (como volume, indexador, vencimento, taxa de juros, entre outros), buscando um casamento entre fluxos, para reduzir o risco de mercado. A tabela a seguir apresenta a exposição residual, em modulo, ao risco







				2017	
				Sul América	
				Companhia de Seguro	
				Saúde - CIA. SAÚDE	
				Total	
Descrição					
Ativo				9.406.517	
Passivo				4.521.849	
Patrimônio líquido				4.884.668	
Receita líquida				13.581.731	
Lucro líquido do exercício				894.297	
Percentual de participação (%)				65,59%	
Valor contábil do investimento				3.233.741	
Quantidade de ações ordinárias				40.223.875	
Quantidade de ações preferenciais				14.357.174	
(a) Em 31/12/2018, a equivalência patrimonial de R\$630.765 (R\$571.613 em 2017) está registrada na rubrica “Resultado patrimonial”, que contempla também em 31/12/2018 R\$7.607 de outras receitas patrimoniais, líquidas de outras despesas patrimoniais (R\$7.197 em 2017); (b) A equivalência patrimonial refletida no resultado da Companhia contempla os ajustes no patrimônio líquido de sua investida CIA. SAÚDE, provenientes da harmonização com as práticas contábeis da SUSEP não adotadas pelo órgão regulador da investida; e (c) Referem-se a valores da controlada, que afetam a controladora por reflexo, no momento do reconhecimento por equivalência patrimonial. São compostos por: (1) ganhos e/ou perdas não realizados dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, que afetam o patrimônio líquido das controladas; (2) ganhos e/ou perdas registrados pela alteração na participação em empresas que as controladas investem; e (3) ganhos e/ou perdas atuariais referentes aos planos de benefício definido dos membros da administração das controladas, registrados de acordo com o que preconiza o CPC 33 – Benefícios a empregados.					
14. Intangível:					
				Custos de desenvolvimento e licenças Software (a)	
Custo					
Saldo em 01/01/2017	145.461				
Adição	18.433				
Baixa	(5.201)				
Saldo em 31/12/2017	158.693				
Amortização acumulada					
Saldo em 01/01/2017	(85.692)				
Baixa	4.234				
Amortização	(18.738)				
Saldo em 31/12/2017	(100.196)				
Saldo residual em 31/12/2017	58.497				
Vida útil estimada	5 a 10 anos				
				Custos de desenvolvimento e licenças Software (a)	
Custo					
Saldo em 31/12/2017	158.693				
Adição	31.396				
Baixa	(11.207)				
Saldo em 31/12/2018	178.882				
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2017	(100.196)				
Baixa	10.402				
Amortização	(12.725)				
Saldo em 31/12/2018	(102.519)				
Saldo residual em 31/12/2018	76.363				
Vida útil estimada	5 a 10 anos				
(a) Custos de desenvolvimento e licenças de softwares: Representam, principalmente, gastos com desenvolvimento de infra-estrutura tecnológica, aplicativos, melhorias no site das companhias do grupo, desenvolvimento de sistemas próprios e gastos com aquisição de licenças de softwares utilizados no âmbito operacional.					
15. Contas a pagar: 15.1. Obrigações a pagar:					
Descrição				2018	2017
Obrigações fiscais (vide nota 21.3)				370.833	388.610
Refinanciamento fiscal - REFIS (a)				15.796	14.890
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar				229.500	178.500
Honorários de administradores a pagar				19.212	14.670
Participações no Lucro				25.738	21.900
Demais				55.452	49.117
Total				716.531	667.687
Circulante				345.698	279.077
Não circulante				370.833	388.610
(a) Em dezembro de 2013, a SALIC aderiu ao Refinanciamento Fiscal - REFIS cujo prazo foi reaberto pela Lei nº 12.865/2013, e parcelou valores devidos relativos à CSLL e INSS, que estavam em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial. O montante total das obrigações na data da adesão, incluídas no REFIS, foi de R\$27.498 (líquido das reduções de 90% das multas de mora ou de ofício, 35% das multas isoladas, 40% dos juros e 100% dos encargos legais). A Companhia realizou o pagamento da última parcela relativa aos valores devidos de CSLL em 29/04/2016 e aguarda a conversão em renda dos depósitos relativos às ações previdenciárias. Em julho de 2014, a SALIC aderiu a reabertura do REFIS estabelecida pela Lei nº 12.973/2014, com o objetivo de pagar à vista, e com depósito, valores relativos à IRPJ e CSLL. O montante total das obrigações na data da adesão, incluído nesse REFIS, foi de R\$1.398 (líquido da redução dos benefícios previstos), que será pago através da conversão em renda dos depósitos judiciais registrados. Em 31/12/2018, as obrigações correspondem a R\$15.796 (R\$14.890 em 2017) no passivo circulante.					
15.2. Outras contas a pagar:					
Descrição				2018	2017
Contas a pagar fornecedores				16.066	6.650
Compromissos mobiliários a pagar				12.790	10.899
Outros				11.367	8.624
Total				40.223	26.173
Circulante				35.755	26.173
Não Circulante				4.468	–
16. Débitos de operações com seguros e resseguros:					
16.1. Corretores de seguros e resseguros:					
Descrição				2018	2017
Seguro direto				50.592	51.249
Seguro direto e cosseguro aceito - RVNE				8.193	7.010
Cosseguro aceito				3.221	3.787
Total				62.006	62.046
Circulante				62.006	62.046
17. Depósitos de terceiros:					
Os depósitos de terceiros são representados basicamente por cobrança antecipada de prêmios e emolumentos recebidos. Sua distribuição por idade é apresentada a seguir:					
Descrição				2018	2017
Prêmio direto				4.733	–
De 01 a 30 dias				714	–
De 31 a 60 dias				1.051	–
De 61 a 120 dias				913	–
De 121 a 180 dias				163	–
De 181 a 365 dias				388	–
Acima de 365 dias				–	–
Total				7.962	–
Descrição				2017	Total
Prêmio direto				4.375	–
De 01 a 30 dias				846	–
De 31 a 60 dias				1.555	–
De 61 a 120 dias				1.542	–
De 121 a 180 dias				167	2
De 181 a 365 dias				511	328
Acima de 365 dias				–	839
Total				8.996	330
18. Provisões técnicas de seguros:					
18.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros:					
Danos					
Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados a IBNR e de despesas relacionadas - PDR					
Saldo em 01/01/2017				1.804.100	756.511
Emissões				3.633.029	–
Pagamentos/ baixas / cancelamentos				(326.934)	(1.975.534)
Prêmios ganhos				(3.333.446)	–
Aviados / alterações				–	1.979.044
Atualização monetária / juros				–	24.554
Variação do IBNR				–	(65.634)
Saldo em 31/12/2017				1.776.749	718.941
Circulante				–	2.495.690
Não circulante				–	2.309.566
186.124					



Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09



continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

patrocinam a causa reputam como provável a perda na demanda. 21.4. Provisões judiciais: A principal ação com provisão judicial em 31/12/2018 e 2017, é: **INSS:** A Companhia questiona e depositava judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros e os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados relativos ao INSS de corretores de seguros se encontram com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade até maio de 2015. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda relativa à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão. 21.5. Contingências: Em 31/12/2018 e 2017, o valor total em discussão dos processos relevantes cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas é de:

Descrição	2018	2017
Fiscais	431.626	464.441
Cíveis	61.557	66.026
Trabalhistas	54.825	56.935
<b>Total</b>	<b>548.008</b>	<b>587.402</b>

Apesar de compreender ações fiscais com probabilidade de perda possível, o valor de R\$106.731 (R\$211.043 em 2017) está provisionado por se referir, basicamente, a obrigações legais. A parcela não provisionada, no montante de R\$324.895 (R\$253.398 em 2017) é composta, principalmente, por autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona: (i) a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da controladora STA Participações S.A. nos anos calendários 2006 e 2007; (ii) não homologação da compensação de tributos na esfera administrativa; e (iii) processos judiciais relativos a discussões sobre PIS e COFINS.

22. Patrimônio líquido: 22.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2018 é de R\$2.612.726 (R\$2.530.723 em 2017), dividido em 241 ações ordinárias (237 ações em 2017) e 236 ações preferenciais (235 ações em 2017), totalizando 477 ações (472 ações em 2017), todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/03/2018 os acionistas da Companhia aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$82.003, sendo: (i) R\$29.636, sem emissão de ações, referente à capitalização da totalidade do saldo da Reserva legal; e (ii) R\$52.367 com a emissão de 5 novas ações sendo, 4 novas ações ordinárias e 1 nova ação preferencial, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$10.473.453,62 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 28/02/2018, tendo sido 1 nova ação ordinária subsrita e integralizada pela acionista Saepar Serviços e Participações S.A. e 3 novas ações ordinárias e 1 nova ação preferencial subsritas e integralizadas pela acionista Sul América S.A. 22.2. Reserva de capital: Refere-se ao ágio e deságio apurado em transações de capital e na aquisição de ações de empresas que a Companhia já detém o controle. 22.3. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. 22.4. Reserva estatutária: A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos aos acionistas. 22.5. Ajuste de avaliação patrimonial: A rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e os ganhos e perdas decorrentes de variação no percentual de participação acionária. 22.6. Política de distribuição de dividendos: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 29/03/2018 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a distribuição de dividendos obrigatórios no valor de R\$140.770, ao quais foram imputados: a) o montante relativo ao dividendo intermediário declarado na reunião do Conselho de Administração realizada em 08/05/2017 (pago aos acionistas em 12/05/2017); e b) parte dos juros sobre capital próprio declarados pelo Conselho de Administração em 18/12/2017 (pago aos acionistas em 18/04/2018). Em 30/04/2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$70.000, sendo R\$146.750,52 (em reais) por ação ordinária ou preferencial de emissão da Companhia, a serem pagos aos acionistas a partir de 18/04/2019. Em 25/09/2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$100.000, sendo R\$209.643,61 (em reais) por ação ordinária ou preferencial de emissão da Companhia, a serem pagos aos acionistas a partir de 18/04/2019. Em 18/12/2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$100.000, sendo R\$209.643,61 (em reais) por ação ordinária ou preferencial de emissão da Companhia, a serem pagos a partir de 18/04/2019.

22.7. Distribuição do resultado:

Descrição	2018	2017
<b>Lucro antes dos impostos e participações</b>	<b>780.557</b>	<b>624.195</b>
(-) Impostos e contribuições	(3.620)	(9.398)
(-) Participações	(25.756)	(22.492)
<b>Lucro/prejuízo líquido do exercício</b>	<b>751.181</b>	<b>592.305</b>
Reversão de combinação de negócio de controlada indireta e outros ajustes	-	412
<b>Lucro líquido após compensações e outros ajustes</b>	<b>751.181</b>	<b>592.717</b>
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(37.559)	(29.636)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>713.622</b>	<b>563.081</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
<b>25% do lucro líquido ajustado</b>	<b>178.406</b>	<b>140.770</b>
(-) Dividendos antecipados a serem imputados nos dividendos obrigatórios	-	19.613
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem imputados nos dividendos obrigatórios	178.406	121.157
(-) Juros sobre capital próprio a não serem imputados nos dividendos obrigatórios	51.094	57.343
Bruto	270.000	210.000
Imposto de renda	(40.500)	(31.500)
<b>Destinação:</b>		
Constituição de reserva estatutária	443.622	333.468

23. Detalhamento das contas do resultado: 23.1. Principais ramos de atuação:

	2018			2017		
Descrição	Prêmios ganhos	Sinistra-lidade	Comissio-namento	Prêmios ganhos	Sinistra-lidade	Comissio-namento
Automóvel - casco	2.070.483	63,80%	19,90%	2.040.907	67,50%	20,70%
Responsabilidade civil facultativa veículos - RCFV	621.026	65,00%	17,20%	591.911	66,20%	17,90%
Assistência e outras coberturas - auto	592.334	46,00%	17,70%	493.806	60,10%	18,40%
Seguro habitacional em apólices de mercado - demais coberturas	7.923	22,90%	12,10%	8.054	16,10%	12,30%
Compreensivo empresarial	45.036	47,20%	32,70%	40.823	41,10%	33,20%
Compreensivo condomínio	75.502	48,20%	28,00%	60.331	37,20%	29,90%
Compreensivo residencial	66.792	30,00%	34,30%	61.311	29,10%	34,60%
Acidentes pessoais de passageiros - APP	38.133	74,0%	17,30%	31.272	9,10%	17,70%
Riscos de engenharia	5	0,00%	0,00%	1.119	0,40%	0,10%
Outro	16.755	6,60%	29,80%	15.448	75,20%	31,10%
<b>Total</b>	<b>3.547.452</b>			<b>3.358.752</b>		

23.2. Sinistros ocorridos:

Descrição	2018	2017
Sinistros	(2.401.849)	(2.522.255)
Recuperação de sinistros	-	20
Salvados e ressarcimentos	316.005	311.270
<b>Variação de sinistros ocorridos mas não avisados</b>	<b>(1.423)</b>	<b>65.905</b>
<b>Total</b>	<b>(2.087.267)</b>	<b>(2.145.060)</b>

23.3. Custos de aquisição:

Descrição	2018	2017
Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos	(711.863)	(662.573)
Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos cancelados e restituídos	57.599	56.334
Outros custos de comercialização	(72.092)	(42.829)
<b>Variação de custos de aquisição diferidos</b>	<b>29.583</b>	<b>(36.950)</b>
<b>Total</b>	<b>(696.773)</b>	<b>(686.018)</b>

23.4. Outras receitas e despesas operacionais:

Descrição	2018	2017
Despesas com operações de seguros	(42.901)	(33.364)
Constituição/(reversão) de provisão para ações judiciais cíveis e outras operações de seguros	(31.648)	(18.361)
Reversão / (constituição) da provisão para riscos de crédito	(4.356)	350
Despesas com administração de seguros e resseguros	(963)	(1.342)
Outras despesas e receitas operacionais	(14.867)	(9.237)
<b>Total</b>	<b>(94.735)</b>	<b>(61.954)</b>

23.5. Resultado com resseguro:

Descrição	2018	2017
<b>Operações de seguros</b>		
<b>Receita com resseguro</b>		
Indenizações e despesas com sinistros de resseguros	7.021	11.403
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	(1.062)	(78)
Receitas com participação em lucros	-	-
<b>Total</b>	<b>5.959</b>	<b>11.325</b>
<b>Despesa com resseguro</b>		
Prêmios de resseguros	(9.170)	(6.672)
Variação das provisões técnicas de resseguros	(324)	(1.632)
Salvados e ressarcimentos	(1.617)	(836)
<b>Total</b>	<b>(11.111)</b>	<b>(9.140)</b>
<b>Outros resultados com resseguro</b>		
Outros resultados com resseguro	(130)	6
<b>Total</b>	<b>(130)</b>	<b>6</b>
<b>Resultado líquido na operação de resseguro em seguro</b>	<b>(5.282)</b>	<b>2.191</b>

23.6. Despesas administrativas:

Descrição	2018	2017
Pessoal próprio	(267.673)	(253.159)
Incentivo de ações	(4.075)	(2.202)
Serviço de terceiros	(196.503)	(193.182)
Localização e funcionamento	(103.088)	(116.538)
Publicidade e propaganda	(6.912)	(5.782)
Recuperação de despesa administrativa	9.404	11.954
Outras despesas administrativas	(51.519)	(36.302)
<b>Total</b>	<b>(620.366)</b>	<b>(595.211)</b>

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica “Pessoal próprio”, estão representados de forma detalhada na tabela a seguir (não inclui honorários de diretoria):

Descrição	2018	2017
Remunerações	(127.872)	(122.007)
Encargos sociais	(42.280)	(44.639)
Indenizações e rescisões	(14.374)	(16.081)
Vale alimentação, refeição e transporte	(31.353)	(30.371)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(13.844)	(11.342)
Previdência privada	(3.142)	(1.531)
Outros benefícios	(3.880)	(4.027)
<b>Total</b>	<b>(236.745)</b>	<b>(229.998)</b>

23.7. Despesas com tributos:

Descrição	2018	2017
COFINS	(64.708)	(54.691)
PIS	(8.981)	(8.951)
Outros	(8.073)	(4.916)
<b>Total</b>	<b>(81.762)</b>	<b>(68.558)</b>

23.8. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2018	2017
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>121.989</b>	<b>160.616</b>
Valor justo por meio do resultado	12.786	14.203
Disponível para venda	108.480	139.875
Mantido até o vencimento	723	6.538
<b>Operações de seguros - outros</b>	<b>48.739</b>	<b>63.321</b>
<b>Atualização monetária e juros de depósitos judiciais, da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais</b>	<b>(3.008)</b>	<b>8.605</b>
<b>Outros</b>	<b>11.744</b>	<b>11.401</b>
<b>Total</b>	<b>179.464</b>	<b>243.943</b>

23.8.1. Receitas financeiras:

Descrição	2018	2017
Valorização de cotas de fundos de investimentos	34.344	29.608
Títulos de renda fixa - privados	14.662	43.905
Títulos de renda fixa - públicos	97.596	118.752
Títulos de renda variável	144	-
Operações de seguros	90.203	101.662
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	34.908	47.416
Outras	18.972	16.270
<b>Total</b>	<b>290.829</b>	<b>357.613</b>

23.8.2. Despesas financeiras:

Descrição	2018	2017
Operações de seguros	(41.464)	(38.341)
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(24.757)	(31.649)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(37.916)	(38.811)
Outras	(7.228)	(4.869)
<b>Total</b>	<b>(111.365)</b>	<b>(113.670)</b>

23.9. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2018 e 2017, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

	2018		2017	
Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações</b>	<b>780.557</b>	<b>780.557</b>	<b>624.195</b>	<b>624.195</b>
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(195.139)	(156.111)	(156.049)	(124.839)
<b>Alíquota nominal</b>	<b>25%</b>	<b>20%</b>	<b>25%</b>	<b>20%</b>

Correntes:

Adições:

Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	-	-	(20.942)	(16.753)
Atualização de depósitos judiciais (decisão favorável)	(4.762)	(3.809)	-	-
Redução ao valor recuperável	(261)	(209)	(224)	(179)
Despesas não dedutíveis	(1.062)	(815)	(2.012)	(1.572)
Provisões indedutíveis	(2.625)	(2.100)	(2.150)	(1.720)
Outras adições	(1.536)	(984)	(1.319)	(941)
<b>Subtotal</b>	<b>(10.246)</b>	<b>(7.917)</b>	<b>(26.647)</b>	<b>(21.165)</b>

Exclusões:

Resultado positivo de equivalência patrimonial	157.691	126.153	142.903	114.322
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	11.380	9.036	-	-
Atualização de depósitos judiciais	6.077	4.861	14.240	11.392
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	981	785	5.582	4.465
Juros sobre capital próprio	16.585	13.268	6.512	5.210
<b>Subtotal</b>	<b>192.714</b>	<b>154.103</b>	<b>169.237</b>	<b>135.389</b>

Prejuízo fiscal e base negativa:

Compensações	300	311	3.953	3.151
<b>Redução de incentivos fiscais</b>	<b>695</b>	<b>-</b>	<b>643</b>	<b>-</b>

Receitas / (despesas) com imposto de renda e contribuição social corrente

	(11.676)	(9.614)	(8.863)	(7.464)
<b>Diferidos:</b>				
Constituição / (reversão) - crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	(297)	(309)	(4.005)	(3.193)
Constituição / (reversão) - crédito tributário sobre diferenças temporárias	(3.252)	(6.354)	23.766	13.951

Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	15.202	12.680	(14.239)	(9.888)
Reversão de contingências	-	-	565	-
Constituição / (reversão) - crédito tributário da redução ao valor recuperável	-	-	(441)	413

Receitas / (despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido

	11.653	6.017	5.646	1.283
--	--------	-------	-------	-------

Receitas / (despesas) com imposto de renda e contribuição social

	(23)	(3.597)	(3.217)	(6.181)
--	------	---------	---------	---------

Alíquota efetiva

	0,00%	0,46%	0,52%	0,99%
--	-------	-------	-------	-------

Alíquota efetiva combinada

		0,46%		1,51%
--	--	-------	--	-------

24. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:

	2018		
Descrição	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido	Total
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.475</b>	<b>(2.080)</b>	<b>(605)</b>
Imposto de renda	(369)	520	151

Contribuição social	(163)	312	149
<b>Total</b>	<b>(532)</b>	<b>832</b>	<b>300</b>
<b>Líquido</b>	<b>943</b>	<b>(1.248)</b>	<b>(305)</b>

	2017		
Descrição	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido	Total
<b>Base de cálculo</b>	<b>15.137</b>	<b>(6.411)</b>	<b>8.726</b>
Imposto de renda	(3.784)	1.603	(2.181)

Contribuição social	(2.355)	961	(1.394)
<b>Total</b>	<b>(6.139)</b>	<b>2.564</b>	<b>(3.575)</b>
<b>Líquido</b>	<b>8.998</b>	<b>(3.847)</b>	<b>5.151</b>

25. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento: Conforme descrito na nota 22.1, a Companhia aumentou seu capital social em R\$82.003 com transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa, dos quais R\$29.636 referente a totalidade do saldo da Reserva legal e R\$52.367 com juros sobre capital próprio. Ademais, a Companhia aumentou capital na controlada Sul América Companhia de Seguro Saúde no montante de R\$173.111 com juros sobre capital próprio a receber.

**Conselho de Administração: Presidente:** Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. **Conselheiros:** Carlos Infante Santos de Castro; Domingos Carelli Netto; e Renato Russo  
**Diretoria: Diretor Presidente:** Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretores Vice-Presidentes:** Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho; Eduardo Stefanello Dal Ri; Marco Antonio Antunes da Silva; André Luiz Lauzana dos Santos; e Ricardo Bottas Dourado dos Santos.  
**Diretores(as):** Alessandra Maia Marinho Basile; Cristiano Donisete Barbieri; Emil Andery; Fabiane Reschke; Fabiano Lima; Gilson Bochernitsan; José Carlos dos Santos Vieira; Marcelo Suman Mascaretti; José Henrique Pimentel de Melo; Laenio Pereira dos Santos; Luciano Macedo de Lima; Marco Antonio Neves; Patrícia Quirico Coimbra; Rafael de Gouveia Ramalho; Reinaldo Amorim Lopes; Renato Roperto; e Solange Zaquem Thompson Motta.  
**Contador:** Ivandro de Almeida Oliveira - CRC - RJ 076.168/O-7 **Atuária:** Manuelle Maggessi Garcez - MIBA/MTPS/2244

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos - Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018

I. O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos (“Comitê”) da Sul América Companhia Nacional de Seguros (“Companhia”) no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, até a presente data: • Aprovou a alteração da sua denominação para “Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos”, bem como aprovou as alterações no seu Regimento Interno relacionadas à assunção, pelo Comitê, da atribuição de assessoramento ao Conselho de Administração na avaliação do sistema de gestão de riscos operacionais e corporativos da Companhia; • Appreciou o relatório da Ouvidoria da Companhia referente ao período social findo em 30 de junho de 2018, bem como ratificou a apreciação dos relatórios da Ouvidoria referentes aos exercícios anteriores; • Supervisionou e avaliou a efetividade e integridade do sistema de gestão de riscos operacionais e corporativos da Companhia, não tendo identificado falhas que pudessem vir a colocar em risco a eficácia desse sistema e/ou causar eventuais impactos nos negócios da Companhia. O Comitê concluiu, portanto, que o sistema de gestão de riscos é eficaz e adequado às necessidades da Companhia, bem como atende à legislação vigente; • Revisou, previamente à sua divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação e envio à SUSEP; • Com relação à auditoria contábil



continuação		
Sul América Companhia Nacional de Seguros   CNPJ 33.041.062/0001-09		
Parecer do Atuário Independente		
<p>Aos Acionistas e Administradores da Sul América Companhia Nacional de Seguros. <b>São Paulo - SP.</b> Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Companhia, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente. <b>Responsabilidade da Administração:</b> A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. <b>Responsabilidade dos atuários independentes:</b> Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a</p>		
<p>evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. <b>Opinião:</b> Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, da Companhia em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. <b>Outros assuntos: Correspondência dos Quadros Estatísticos:</b> No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios e Sinistros, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Companhia um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente. São Paulo, 26 de fevereiro de 2019. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Consultores Ltda. CNPJ 02.189.924/0001-03. CIBA 45 - João Batista da Costa Pinto - MIBA 944.</p>		
<b>Anexo I: Demonstrativo do Parecer Atuarial:</b>		
<b>1. Demonstrativo dos limites de retenção</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Ramo 0114	10.000.000	10.000.000
Ramo 0116	8.000.000	8.000.000
Ramo 0118	4.000.000	4.000.000
Ramo 0141	1.976.000	1.976.000
Ramo 0167	5.300.000	5.300.000
Ramo 0171	500.000	500.000
Ramo 0173	756.329	756.329
Ramo 0196	4.000.000	4.000.000
Ramo 0310	2.000.000	2.000.000
Ramo 0313	6.000.000	6.000.000
Ramo 0351	2.000.000	2.000.000
Ramo 0378	2.000.000	2.000.000
Ramo 0520	3.200.000	3.200.000
Ramo 0524	2.700.000	2.700.000
Ramo 0525	3.200.000	3.200.000
Ramo 0531	3.200.000	3.200.000
Ramo 0542	3.100.000	3.100.000
<b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</b>		
<p>Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Companhia Nacional de Seguros. <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia Nacional de Seguros em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:</b> A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. <b>Responsabilidades da</b></p>		
<p>controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>		
<p>Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ Roberto Paulo Kenedi Contador - CRC 1RJ 081.401/O-5</p>		
<b>1. Demonstrativo dos limites de retenção</b>		
Ramo 0553	3.200.000	3.200.000
Ramo 0621	3.450.000	3.450.000
Ramo 0622	3.450.000	3.450.000
Ramo 0623	3.000.000	3.000.000
Ramo 0632	3.450.000	3.450.000
Ramo 0638	3.450.000	3.450.000
Ramo 0644	3.450.000	3.450.000
Ramo 0652	3.450.000	3.450.000
Ramo 0654	3.450.000	3.450.000
Ramo 0655	3.450.000	3.450.000
Ramo 0656	3.450.000	3.450.000
Ramo 0658	3.000.000	3.000.000
Ramo 0743	8.000.000	8.000.000
Ramo 0929	2.700.000	2.700.000
Ramo 0969	2.700.000	2.700.000
Ramo 0977	2.700.000	2.700.000
Ramo 0982	2.700.000	2.700.000
Ramo 0984	2.700.000	2.700.000
Ramo 0990	2.700.000	2.700.000
Ramo 0993	3.025.316	3.025.316
Ramo 1061	5.000.000	5.000.000
Ramo 1065	5.000.000	5.000.000
Ramo 1066	3.100.000	3.100.000
Ramo 1101	756.329	756.329
Ramo 1102	756.329	756.329
Ramo 1103	756.329	756.329
Ramo 1104	756.329	756.329
Ramo 1105	756.329	756.329
Ramo 1106	756.329	756.329
Ramo 1107	2.000.000	2.000.000
Ramo 1108	756.329	756.329
Ramo 1109	756.329	756.329
Ramo 1130	3.025.316	3.025.316
Ramo 1162	1.500.000	1.500.000
Ramo 1164	756.329	756.329
Ramo 1329	2.700.000	2.700.000
Ramo 1369	2.700.000	2.700.000
Ramo 1377	2.700.000	2.700.000
Ramo 1381	2.700.000	2.700.000
Ramo 1384	2.700.000	2.700.000
Ramo 1390	2.700.000	2.700.000
Ramo 1391	2.700.000	2.700.000
Ramo 1417	6.000.000	6.000.000
Ramo 1433	6.000.000	6.000.000
Ramo 1535	2.700.000	2.700.000
Ramo 1537	1.400.000	1.400.000

## PAPÉIS ATRELADOS À SELIC CRECEM

# Dívida pública federal caiu 1,77% e fechou janeiro em R\$ 3,808 trilhões

## Estrangeiros aumentaram a participação na dívida pública brasileira no primeiro mês deste ano

O estoque da dívida pública federal (DPF) caiu 1,77% em janeiro, quando atingiu R\$ 3,808 trilhões. Os dados foram divulgados ontem pelo Tesouro Nacional. Em dezembro, o estoque estava em R\$ 3,877 trilhões.

A correção de juros no estoque da DPF foi de R\$ 17,45 bilhões em janeiro. Já as emissões de papéis totalizaram R\$ 61,781 bilhões, enquanto os resgates chegaram a R\$ 147,776 bilhões, o que resultou em um resgate líquido de R\$ 85,994 bilhões.

A DPF inclui a dívida interna e externa. A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) caiu 1,59% e fechou o mês passado em R\$ 3,669 trilhões. Já a Dívida Pública Federal externa (DPFe) ficou 6,34% menor, somando R\$ 138,81 bilhões no segundo

mês do ano.

A parcela da DPF a vencer em 12 meses caiu de 16,32% em dezembro para 15,67% em janeiro, segundo o Tesouro Nacional. O prazo médio da dívida subiu de 4,11 anos em dezembro para 4,18 anos no mês passado. O custo médio acumulado em 12 meses da DPF passou de 9,86% ao ano em dezembro para 9,66% ao ano em janeiro.

A parcela de títulos prefixados na DPF caiu de 33,03% em dezembro para 30,92% em janeiro. Os papéis atrelados à Selic também aumentaram a fatia, de 35,51% para 36,92%.

Os títulos remunerados pela inflação subiram para 28,34% do estoque da DPF em dezembro, ante 27,46% em janeiro. Os papéis cambiais reduziram a participação na DPF de 4,00%, em

dezembro, para 3,82% no mês passado.

Os papéis atrelados a índices de preços e à taxa Selic ainda estão fora das metas do Plano Anual de Financiamento (PAF) para este ano.

O intervalo do objetivo perseguido pelo Tesouro para os títulos prefixados em 2019 é de 29% a 33%, enquanto os papéis remunerados pela Selic devem ficar entre 38% a 42%. No caso dos que têm índices de preço como referência, a meta é de 24% a 28% e, no de câmbio, de 3% a 7%.

Os estrangeiros aumentaram a participação na dívida pública brasileira em janeiro. A fatia dos investidores não-residentes no Brasil no estoque da DPMFi subiu de 11,22% em dezembro para 11,80% no mês passado, somando R\$ 433,12 bilhões, segundo o Tesouro Nacional.

Em dezembro, o estoque nas mãos de estrangeiros estava em R\$ 418 bilhões.

O grupo Previdência foi o maior detentor de papéis do Tesouro, com a participação passando de 24,96% em dezembro para 25,02% no mês passado. A parcela das instituições financeiras no estoque da DPMFi teve queda de 22,74% em dezembro para 22,01% em janeiro. Os fundos de investimentos aumentaram a fatia de 26,91% para 27,06%. Já as seguradoras tiveram crescimento na participação de 4,11% para 4,24%.

O número de investidores ativos no Tesouro Direto cresceu 47,7% e atingiu 845 mil participantes. Só em janeiro, foram registrados 58,8 mil novos investidores ativos. Em relação ao número total de investidores cadastrados, o Tesouro

Direito registrou, em janeiro, a marca de 3,3 milhões de participantes, um crescimento de 76%, com mais de 261 mil ingressos apenas nos últimos 30 dias. A maior parte das operações de investimento (títulos adquiridos) somam até R\$ 5 mil e correspondem a 83,9% das compras do programa.

“Esse número reafirma o caráter democrático e pulverizado desse programa, uma forma de o Tesouro aliar formação e educação financeira da população em geral”, afirmou o coordenador-geral de Operações da Dívida Pública, Luís Felipe Vital.

O Tesouro Direto foi criado em janeiro de 2002 para popularizar a aplicação e permitir que pessoas físicas pudessem adquirir títulos públicos diretamente do Tesouro, via internet, sem

intermediação de agentes financeiros. O aplicador só tem de pagar uma taxa à corretora responsável pela custódia dos títulos.

As vendas no mês de janeiro também bateram recorde histórico para o período, chegando a R\$ 2,83 bilhões, com resgates R\$ 2,55 bilhões. O estoque fechou o mês em R\$ 54,9 bilhões, aumento de 1,27% em relação ao mês anterior (R\$ 54,2 bilhões) e de 16,26% sobre janeiro de 2018 (R\$ 47,2 bilhões).

O título mais demandado pelos investidores foi o indexado à Selic (Tesouro Selic), cuja participação nas vendas atingiu 47,9%. Os títulos indexados à inflação (Tesouro IPCA+ e Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais) corresponderam a 31,5% do total e os prefixados, 20,6%.